



O MITO DE CARONTE: A GREVE DOS PETROLEIROS DE 1983, O GOVERNO FIGUEIREDO E O FMI

Carlos Lucena¹
carloslucena@centershop.com.br
(UFU)

Resumo

Este trabalho constitui a primeira parte de uma pesquisa desenvolvida por este autor a ser publicada em livro, no ano de 2013, cujo título é homônimo ao deste resumo. Foram utilizados como fontes de pesquisa dossiês, atas e boletins sindicais produzidos entre os anos de 1982 e 1983, bem como entrevistas com petroleiros que participaram da greve. Seu objetivo visa a recuperação dos aprendizados políticos dos trabalhadores petroleiros em ocasião da greve dos petroleiros de 1983, à qual estiveram em disputa contra o Governo Figueiredo e o Fundo Monetário Internacional. Tendo a “contradição e luta de classes” como categorias analíticas, demonstramos que esta greve materializou a resistência dos trabalhadores à imposição do FMI e a subserviência governamental ao abandono efetivo da política de substituição de importações como exigência para a concessão de empréstimos para o pagamento dos juros da dívida externa.

Palavras-chave: Petroleiros. FMI. Governo Figueiredo. Neoliberalismo.

A greve dos petroleiros de 1983 expressou a resistência dos trabalhadores ao amplo processo de reorganização do capital em âmbito internacional com severa influência sobre o Brasil. “A greve dos petroleiros foi uma das primeiras greves, no período da ditadura militar, a ser assumida pelos seus próprios protagonistas como uma greve essencialmente política.” (BRANT, 1990: 19) Suas prerrogativas de resistência se deram em virtude do lançamento do pacote das estatais, editado em maio de 1983, através do Decreto Lei N° 2024, que cortava salários, benefícios dos trabalhadores das estatais, entre outros, indicando, um corte de 10% no efetivo funcional das empresas, além da proibição de novas contratações.

As ações econômicas propostas em 1983 no “pacote das estatais” ocasionaram a reação das principais lideranças vinculadas ao sindicalismo autêntico através de manifestações e protestos contra o FMI e o governo militar. Setores intelectuais tomaram posição contrária ao pacote, como o Prof. de Economia da Universidade de Brasília, Dércio Garcia Munhoz, ao afirmar que “[...]o governo está promovendo uma campanha de desmoralização das empresas estatais e de economia mista para depois poder vendê-las e assim amortizar parte da dívida externa ...” (

¹ Professor Associado II do PPGED/FACED/UFU. Bolsista de produtividade do CNPQ. Pesquisador da Fapemig.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Folha de São Paulo, in O Petroleiro 03/07/83) O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os governos dos países dominantes capitalistas determinaram que a privatização das empresas estatais e, conseqüentemente, a abertura do mercado nacional aos grupos privados transnacionais, era condição para a concessão de novos empréstimos voltados ao pagamento dos juros da dívida externa brasileira.

E aí começaram a surgir os ideólogos internos, ou apenas os espertos que concluíram que poderiam ganhar dinheiro com o negócio da privatização. Como a política do FMI praticada pelo Brasil provocou um aumento incontrolável de custos e de preços, duas ações foram iniciadas para desequilibrar as empresas estatais brasileiras, criando condições para superar resistências à privatização. Primeiro, o FMI introduziu no acordo de 1983 um modelo absurdo, esdrúxulo, colonialista, que considerava investimentos de empresas estatais como déficit público. Segundo: como o programa do FMI provocou elevação dos custos e dos preços dentro do país, as estatais foram impedidas de transferir aumentos de custos para os preços, passando a enfrentar desequilíbrios microeconômicos. Sem possibilidade de ter tarifas que cobrissem os custos, e ainda impedidas de investir, as empresas foram desestruturadas, enfrentando dificuldades para manter os padrões de eficiência. (MUNHOZ in O Petroleiro 03/07/83)

Essa crítica se explica na adoção do governo civil-militar em utilizar as empresas estatais como garantia de financiamento da dívida brasileira expressa pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente. O endividamento das empresas estatais comprometeu sua capacidade de funcionamento e autogestão, legitimando, com isso os discursos conservadores defensores das forças do mercado como forma de regulação das trocas capitalistas. Os discursos neoliberais ganharam força no país baseados na incapacidade do governo civil-militar em promover melhorias sociais, enfraquecendo, ao mesmo tempo, o parque produtivo estatal. O nacionalismo, apregoado de forma ideológica e violenta na década de 1970, passou por um radical processo de ruptura, com o abandono, por parte das classes dirigentes, das políticas de substituição de importações.

As reações contra o pacote aumentaram. Os funcionários das empresas estatais se mobilizaram, no intuito de construir uma greve como demonstração de força, sem definitivamente obter um consenso sobre a data da paralisação. O governo civil-militar, após a ampla mobilização dos trabalhadores, decretou o decreto Lei Nº 2036 através do qual as mudanças na política governamental voltada à gestão das empresas estatais atingiriam apenas os novos trabalhadores.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na avaliação dos sindicalistas, o decreto assinado pelo Presidente Figueiredo, instituiu de vez, a demissão em massa nas empresas estatais. Isto porque, apesar de manter aos antigos funcionários todos os direitos adquiridos, exigia, ao mesmo tempo, às estatais, uma redução semestral de 5% do seu valor total de custeio. Isso representava, na prática, a demissão de 15% do efetivo atual da Petrobrás, ou então substituídos 30% dos seus funcionários com novas contratações pela metade dos salários atuais.

Em 1983 saiu a famosa carta de intenções do FMI reduzindo 10% do pessoal, e isto nós constatamos que iria afetar a folha de pessoal, com demissões, aí houve uma reunião no Rio de Janeiro onde os companheiros se comprometeram a mobilizar a base para ter um enfrentamento desta política de demissões, além de retirar direitos históricos da categoria como gratificação de férias, periculosidade, nós nos mobilizamos aqui em Paulínia. Na primeira assembleia tinham 400 companheiros e houve a posição pela deflagração do movimento grevista. Neste meio o governo recua afirmando que não tiraria o direito dos antigos mas só dos novos, dizendo que os 10% não cairia na folha de pessoal. Nós não acreditamos, nós queríamos que fosse colocada uma cláusula com a garantia no emprego, a coisa mornou, e nós sentíamos que não havia mobilização nas outras bases e que a greve não sairia a nível nacional. Na segunda assembleia já tivemos 600 pessoas e quando nós achamos que a categoria poderia até recuar devido a estes fatores, o Jacó e o Giba tinham ido para Brasília para fazer uma reunião com o Ministro Murilo Macedo, e este teve uma postura de manobrar junto aos outros dirigentes, e os nossos dirigentes perceberam que já não havia uma firmeza dos outros dirigentes, mesmo assim na volta deles aqui a diretoria do sindicato bancou a greve mesmo que entrasse sozinha, mas foi a luz do que trazia da base, não foi só uma postura da direção e a greve foi deflagrada, e aí provou que a categoria tinha consciência política construída de consolidação do Sindipetro Campinas. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 15/07/1995)

As mudanças no decreto Lei não afetaram a mobilização dos petroleiros de Paulínia. A resistência começou a ser organizada interna e externamente aos muros da Replan. “Após o encerramento do Congresso Estadual dos Metalúrgicos que se realizava em Piracicaba, no dia 03 de Julho, a pedido de representantes dos petroleiros, vários ônibus de delegados metalúrgicos que voltavam para São Bernardo, pararam em Campinas. Realizou-se uma assembleia conjunta das duas categorias. Decidiu-se então que, assim que os petroleiros entrassem em greve, os metalúrgicos fariam o mesmo em solidariedade.” (BRANT, 1990: 23)

Eram processos de somar. Nós fizemos uma campanha muito grande na questão da licença maternidade, teve um dia, todas as mulheres foram trabalhar de saia, todas. Havia uma criatividade para chegar ao ponto máximo, capacidade de mobilização. Houve um dia que fomos distribuir o boletim na porta da refinaria, e

4253





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

o superintendente foi na porta, ele dava um passo para a frente eu também, até que ele recuou, os desafios eram quebrar o autoritarismo, começamos a fazer grupos de coordenação, precisava ter o controle das coisas. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan em 20/09/95)

O movimento foi construído com o aumento gradativo das mobilizações. No início, passeatas de protesto, minutos de silêncio, vigílias, etc. As vigílias, antes da greve de 1983, tinham o objetivo de desestruturar a gerência local e assumir as deliberações do órgão em assembleia, colocando a fábrica sob o controle do sindicato.

[...] a greve não começou de repente, a explosão, o aquecimento do movimento tinha começado já um tempo antes, e também foi, o que eu sinto, que forma vários movimentos anteriores que chegaram e já prepararam. Eu acho que era um processo de amadurecimento do movimento sindical. Eu vejo aquilo lá como pioneirismo até, mas foi uma coisa que teve um início bem pequenininho, desde que foi fundada a associação e depois o sindicato. E cada ano o movimento chegava mais perto da greve e o posicionamento da empresa era, ela nunca tinha vivido uma situação dessa e ela nem acreditava, tanto é que vamos deixar para ver o que acontece e aconteceu. (Entrevista Petroleiro Replan 20/05/1990)

A greve não aconteceu assim, de repente, a coisa aconteceu num crescente de mobilizações e aí chegamos na greve. Nós fizemos traja negra quando o Shigeaki assumiu a presidência da Petrobrás, nós não marcávamos cartão de ponto, nós fizemos vigília de 36 horas para pegar todos os turnos, quer dizer, foi uma série de mobilizações que foram crescendo e até que chegou a determinado momento que a última alternativa que nos sobrou foi a greve. Nós fizemos greve de fome, até a refinaria pois um cardápio que o pessoal adorava, e nós achamos que o pessoal acabaria não resistindo. Nós tivemos uma série de situações. Nós deixamos de usar a identidade funcional dentro da refinaria, o que era uma situação inédita. Nós fizemos uma série de protestos para tentar uma negociação. Quando não houve mais possibilidade desta negociação, aí a gente foi para a greve. Os procedimentos não foram todos na época da greve, foram vindos de mobilizações, uma série de campanhas na época de database que a gente foi fazendo e aí, não tinha mais o que fazer se não parar, já que tínhamos gasto todas as alternativas. (Entrevista Petroleiro Replan 25/05/1990)

A construção da greve atendia a expectativas políticas diferenciadas no cotidiano dos petroleiros. Por um lado, existia um discurso militante ativo do processo político e, por outro, um conjunto de trabalhadores atuando a partir do convencimento nas assembleias.

Eu acreditava na greve. Nós só não votamos a favor da greve, nós da diretoria combinamos para não votar, para evitar a desculpa de que os nossos votos influenciariam a decisão. Como nós não votamos na assembleia que decidiu retornar ao trabalho. Foram duas assembleias que a gente não votou. Eu sempre





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

acreditei na greve, porque eu entendia que seria um movimento de toda a categoria, mesmo se a nossa categoria não tinha uma compreensão política, entendia que era aquilo que era necessário fazer naquele momento. Então, ela poderia não saber dizer conceitos da greve, mas a filosofia ou a política da greve, mas ela sabe como trabalhador que o pessoal tinha que ir para a greve, tinha que parar, não tinha outra coisa. Então, por isso, que eu sempre acreditei na greve. Agora, nós sabíamos, como diretoria, que nós tínhamos que colocar com toda a clareza, que a gente nunca enganou a base. Era que ia ser uma greve difícil, que poderia se tomar punições muito graves, poderia ter pressões. Ia ser a primeira vez que ia ter uma refinaria parada. A refinaria era de segurança nacional. Então nós sabíamos que poderíamos ter problema, mas eu acreditava greve como instrumento da classe trabalhadora a ser usado. Eu acredito na greve, porque eu acho que a greve não é assim, digamos, como uma coisa errada, como muitas pessoas acham. Não é uma falta como o trabalhador acha. A greve é romper o contrato de trabalho e dizer ao patrão: basta de exploração. O empregado tem o direito de fazer isto. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 25/05/1990)

[...] Emergia do Jacó Bittar uma liderança que era o que a gente queria muito, todo povo espera muito. Eu sentia nele uma pessoa inteligente, de ideias concretas, posturas concretas e de encaminhamentos que eu acreditava. Era uma relação que a gente entendia que estava emergindo uma liderança e que nos levar a conquistar coisas que a gente tinha direito, de resto uma pessoa acessível... O Jacó tinha um certo domínio no seu discurso, então ele conseguia envolver o pessoal, envolver o trabalhador no seu projeto. Eu aderi ao movimento no último momento. Primeiro porque eu acompanhei as assembleias e tal, e vi que a coisa não tinha condições. Eu sempre participei muito discretamente, você está no meio do bolo, você não raciocina [...] (Entrevista Petroleiro Replan 12/04/1990)

O objetivo era construir a greve geral do conjunto da classe trabalhadora. A greve geral seria para o dia quinze de julho de 1983, depois, para o dia vinte e cinco do mesmo mês, visando manter a unidade sindical. Porém, não havia ainda uma certeza dos outros sindicatos quanto a suas participações. A prática do “novo sindicalismo”, no movimento petroleiro ainda não tinha muitos adeptos. Apesar de existir somente dois sindicatos combativos no sistema Petrobrás – Replan - Refinaria do Planalto - e Relan – Refinaria Landulpho Alves – Bahia - a maior parte do sindicalismo nacional ainda era corporativista. Muitas das categorias que poderiam participar da paralisação não possuíam uma postura de enfrentamento à ditadura militar. O atrelamento político ao projeto do governo militar limitava a problematização do amplo processo político internacional que estava em curso na sociedade capitalista. A crise do Welfare State, a recomposição das formas de acumulação do capital, o empobrecimento dos países devedores, a

4255





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

possibilidade crescente de moratória no pagamento dos juros da dívida externa e a redefinição da ação política do Fundo Monetário Internacional exemplifica essa afirmação.

Apesar de o sindicalismo corporativista ser predominante no ramo petrolífero nacional, uma ampla reestruturação estava em curso no movimento sindical brasileiro. O sindicalismo autêntico que ganhava corpo no Brasil. Sua composição, com nítidas relações com a construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, possuía em seu interior correntes políticas heterogêneas formadas por militantes de diferentes tendências compostas por Socialistas, Comunistas, Trotskistas, Sociais-democratas, anarquistas, independentes, entre outras.

Apesar das diferenças existentes quanto às estratégias políticas defendidas pelas tendências a serem adotadas pelo movimento sindical, a existência de um inimigo político único, a ditadura militar, possibilitava a junção dessas diferentes correntes, sem que isso reduzisse as contradições internas e embates políticos sobre o presente e o futuro do movimento sindical. Isso implicou em um conjunto de discussões que nem sempre chegaram ao “chão da fábrica”, transformando-se, no caminhar da história, no alicerce dos discursos empresariais contra os próprios trabalhadores.

Existia uma disputa de lideranças. A estratégia era fazer a greve geral para o conjunto da classe trabalhadora, a greve geral era para o dia 15, jogaram para o dia 25, para manter a unidade sindical abriram mão do dia 15, desmobilizou o pessoal. (Entrevista Dirigente Sindical Petrolífero Replan 20/09/1995)

Eu acho que houve excesso. Eu acreditei que o movimento sindical estava preparado para a greve geral e alguém tinha que detonar o processo. Quando houve a transferência de data, eu fiquei muito desiludido, coisa que eu não faria mais, se tivesse que partir para uma reunião eu diria está tudo fechado, tá marcado. Eu não acreditaria nos sindicatos, quando prepararam e recuaram foram enfraquecendo a tentativa, eu não esperava, agora na minha opinião quando sai para uma greve contra a ditadura, onde não houve um punido, é uma grande vitória. Outra questão, na última diretoria do sindicato fui presidente porque ninguém queria assumir, ao contrário do que dizem que eu me perpetuei na direção do sindicato. (Entrevista Dirigente Sindical Petrolífero Replan 20/09/1995)

Apesar das dificuldades quanto à mobilização nacional referente à greve geral, os petrolíferos de Paulínia optaram pela realização da greve. Em uma assembleia com mais de seiscentos trabalhadores, foi aprovada a greve para o dia seis de julho de 1983, trazendo como reivindicação, a garantia no emprego, revogação do decreto Lei Nº 2036, o rompimento com o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Fundo Monetário Internacional e contra todo e qualquer arrocho salarial, uma pauta difícil de ser conquistada em virtude da conjuntura internacional e o dócil e fragilizado papel do Brasil no cenário político vigente.

Havia na câmara um projeto para ser aprovado, um texto de lei. A grande questão na greve de 83 era a garantia no emprego, coisa que na Petrobrás praticamente existia, era uma greve de construção mesmo, de inserção dos trabalhadores era contextatório da ditadura militar. A categoria num processo reivindicatório e vindo da formação da consciência daquela questão, naquele momento ela tinha consciência de estar integrada na luta de classe trabalhadora. A grande vitória foi a derrubada no Congresso Nacional, em cima do que estávamos reivindicando na greve. A greve foi política. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 20/09/1995)

O processo de paralisação das atividades na indústria do petróleo é complexo e arriscado, estendendo-se em várias horas em sua total execução. Os equipamentos devem ser parados e resfriados aos poucos, bem como a quantidade de petróleo e derivados em processamento. Além disso, os operadores de Refinaria teriam o confronto com a administração local da empresa, que de todas as formas possíveis, tentaria evitar a parada da produção. Em um contexto de paralisação, entra em discussão, a possibilidade do desabastecimento da população e das fábricas e, em especial, o escoamento de toda a produção nacional. Essa era uma relação que, segundo as lideranças sindicais, poderia favorecer os petroleiros em caso de uma possível negociação.

Apesar do tamanho de uma refinaria de Petróleo, e em virtude de funcionarem de forma ininterrupta, são necessários poucos trabalhadores para operá-las, pois em virtude do nível tecnológico ali empregado, aproximadamente cem petroleiros trabalhavam por turno operacional. No período em estudo, havia quatro turnos de trabalho, sendo que enquanto três trabalhavam, um estava de folga. Além da pressão da direção da estatal, o receio da direção sindical era que a Petrobrás conseguisse deter dois turnos de trabalho no interior da Refinaria, promovendo o revezamento, e a continuidade da produção.

Como estratégia, os sindicalistas resolveram iniciar a greve oito horas antes do previsto, iniciando ali, uma dura jornada do grupo de trabalho que permaneceria no interior das unidades de processo. A estratégia sindical era criar condições de exaustão aos petroleiros em turno de trabalho, obrigando, com isso, a direção empresarial a parar a produção por falta de segurança. Na





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

prática, o que estava em disputa era o controle da produção pelos trabalhadores, condição essencial para negociar com a direção da empresa o mais rápido possível.

[...] a questão do trabalho que tinha para conscientizar o pessoal para participar. Por exemplo, a assembleia que definiu a greve tinha 600 pessoas, quer dizer, foi uma assembleia maciça, global, total, todo mundo e, contando, o turno que está trabalhando e pessoal de férias. Estava praticamente toda a refinaria, pois na época, nós tínhamos 1000 empregados, era menos que agora. Efetivamente foi uma assembleia de participação muito grande. Antes da assembleia, em movimentos que não visavam a greve, as assembleias contavam com 300, 400 pessoas. O trabalho foi o que, tá aqui, tá dentro da refinaria. Fazer os plantões à noite aqui no sindicato. A gente começou a revezar contatando a área a noite inteira. Foi uma série de coisas que a gente começou a implantar. (Entrevista Petroleiro Replan 25/05/1990)

A nossa pauta era a garantia no emprego, nós queríamos a garantia que não houve em nenhum momento que a redução do custeio não cairia sobre a folha de pagamento e redução de pessoal, nós queríamos uma redação que garantiria certa estabilidade no emprego, e daí chamamentos políticos contra o FMI, nós transitamos por diversos órgãos com o objetivo de aglutinar mais contingente para a greve de 83, na categoria petroleira a gente tinha um sentimento pelo que estava acontecendo aqui, que os outros não estavam com o mesmo pique. Começamos a fazer plantão quase uma semana antes de iniciar o movimento, e parece que a categoria depois de 10 anos tinha a necessidade de experimentar também o que era uma greve, porque já tinha feito de tudo o que já poderia fazer naquela refinaria, porque ela poderia ter uma postura diferente, porque as outras bases vinham refluindo. O governo já havia sinalizado com relativas garantias aos trabalhadores, a categoria se manteve firme por que ela entendia que deveria lutar também pelos companheiros novos, pois se deixasse aberto este flanco, ele poderia cair sobre os mais antigos, então eu fui a uma reunião no sindicato dos bancários de Campinas defender a greve, eu era um diretor novo que não tinha tanta capacidade de argumentação, nós fomos as bases mais próximas, Cubatão, São José, Paraná, Rio de Janeiro, transitou estas discussões às vésperas do movimento, na verdade quem entrou no movimento foi a Replan às 23:30 horas do dia 05 de julho de 83, o movimento estava previsto para as 07:30 da manhã, mais a estratégia nossa foi a que seria melhor cortar a rendição às 23:30 do dia 5, e isto aconteceu. O único sindicato que nos acompanhou foi o da Bahia, no dia 7 pela manhã. Os demais sindicatos tentaram, mas não conseguiram implementar o movimento, houve naquela época grandes passeatas no Rio de Janeiro, em defesa das estatais como um todo, já que existia ameaça de entregar o patrimônio público, já existia a campanha na mídia que ia enfraquecendo a resistência popular para entrega destas empresas, a dívida externa estava posta, já existia exigências para os países de 3º mundo. Nestas passeatas alguns companheiros foram demitidos da Petrobrás porque foram detectados em movimentos que nem paravam a produção. Aí a greve rolou. Nós fazíamos as reuniões no Teatro de Arena, aqui no centro de Campinas, e depois de uns dias para o ginásio do Taquaral para ficarmos todos juntos, e aí demonstrou a grande consciência dos

4258





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

trabalhadores que vem de um processo de formação de resistir. Geralmente quando você vai para casa e volta sofre uma pressão muito grande da família. Nós da diretoria nos reuníamos ali mesmo, procurávamos dormir em local separado para não sermos presos todos ao mesmo tempo, e tínhamos um fundo para resistência. O governo ficou intransigente às reuniões políticas, o Shigeaki que era o presidente da empresa, veio para a Replan dirigir o movimento daqui, de uma maneira truculenta com demissões. Com isso nós não conseguimos resistir, começaram a sair as listas de demitidos, houve uma pequena resistência só, nós conseguimos sustentar a greve por 7 dias, com atividades culturais e políticas, esperando uma saída negociada para o impasse, não era mês de data base, o movimento era de cunho político, não houve operação na refinaria, o fim veio com o início das demissões e no final 152 demitidos aqui e 189 na Bahia, a gente começou a discutir o fim do movimento com as demissões, o movimento se define a partir da truculência das demissões (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 15/07/1995)

O início da greve foi marcado por forte truculência governamental manifesta pela repressão aos petroleiros visando o término do movimento dos petroleiros. No dia posterior ao início da greve, - 7 de julho de 1983 - o então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, cassou o sindicato, visando quebrar a representação dos trabalhadores. A produção da Replan foi interrompida e, com isso, o governo militar intensificou a repressão à greve:

[...] para que se tenha um parâmetro, tomamos uma das maiores greves ocorridas no Brasil durante a ditadura militar, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1980, quando mais de cem mil trabalhadores cruzaram os braços. Naquele episódio a diretoria do sindicato só teve seus direitos cassados dezessete dias após o início da greve, quando ela foi julgada ilegal. No caso dos petroleiros, a sentença que considerou o movimento ilegal foi proferida por um estalar de dedos do Ministro do Trabalho, vale repetir, antes mesmo de a produção haver cessado na refinaria. (BRANT, 1990: p. 25)

O que os petroleiros não atentaram foi que, apesar da importância das greves do ABCD, na prática, a pauta estava além do universo de reivindicações dos metalúrgicos. Enquanto os metalúrgicos atentavam a discussões com setores privados do capital, com forte apelo à participação operária, à cidadania e melhoria das condições de trabalho, os petroleiros se contrapunham a questões primordiais, cujas reivindicações se contrapunham a interesses nacionais e internacionais. Em outras palavras, a greve dos petroleiros se inseriu em um universo de luta de conflitos manifesto pelos projetos da burguesia nacional e internacional, composta por frações de uma classe social em disputa no período. As propostas presentes na pauta de reivindicações atingiam não só interesses conservadores nacionais manifestos em um governo

4259





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

militar de cunho bonapartista, bem como aos interesses dos grandes credores internacionais, em sua maior parte banqueiros privados estadunidenses, representados politicamente pelo Fundo Monetário Internacional.

A reorganização das formas de acumulação do capital em âmbito internacional implicou pressão política sobre os países periféricos, manifesta na adoção de formas monetaristas de regulação da economia como condição para a concessão de novos empréstimos. O que estava em jogo eram formas de reprodução e acumulação do capital financeiro manifesto na cobrança de juros sobre outra taxa de juros. Um processo vantajoso ao capital mundializado ligado aos países centrais, pois, além de resolver a crise econômica em suas fronteiras potencializava uma severa contradição: a riqueza nos países centrais como pressuposto da pobreza dos países periféricos. Na prática, o conflito que se iniciou foi de resistência a uma fase embrionária do projeto neoliberal, apesar dos trabalhadores não perceberem a amplitude da luta em questão. Voltaremos a essa questão um pouco mais a frente.

Tomando como referência o complexo processo em disputa acima apresentado, o governo militar utilizou seu aparato repressivo para evitar o crescimento da greve. No dia sete de julho os trabalhadores da Refinaria de Mataripe na Bahia aderiram ao movimento com cerca de dois mil trabalhadores ocupando as instalações da estatal, após o enfrentamento com a polícia. Em São José dos Campos, os empregados da Petrobrás ameaçam paralisar as suas atividades, mas foram espancados pela polícia. As Refinarias de Cubatão, Minas Gerais e Paraná declaram solidariedade. Os metalúrgicos do ABCD aderiram à paralisação em solidariedade aos petroleiros. A estratégia era de uma greve de solidariedade por um dia somente nas montadoras. Porém, o contingente de obreiros que participaram da mesma surpreendeu até as lideranças, surgindo uma proposta das bases operárias que deveriam ser paralisadas todas as fábricas. Ficou definida uma greve “arrastão”, em que os trabalhadores saíam em passeata e forçariam o fim das atividades em todas as fábricas que encontrassem no caminho.

O arrastão que parou a minha fábrica veio da Mercedes, que fica perto. A peãozada subiu nas grades, forçou o portão, e não houve outra saída para a direção da empresa que não fosse liberar o pessoal, mas só os da produção. Eu trabalhava no laboratório e consegui escapar. Isto ocorreu em todas as indústrias do caminho, e fomos da Fagundes de Oliveira, em passeata, até o centro do ABC, uns dez quilômetros. A greve parou o ABCD, a situação era explosiva, o que estava





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

programado para um dia estendeu-se para o dia seguinte. (Entrevista Petroleiro Replan em 05/06/96.)²

O Estado e a direção da empresa permaneceram intransigentes em não negociar. Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás, veio a Replan incumbido de pressionar os trabalhadores através de demissões. A estratégia utilizada foi o envio de funcionários com cargos administrativos de gerência acompanhados de policiais federais à casa dos funcionários, ameaçando-os de demissão caso não retornassem ao trabalho.

As bases epistemológicas durkeiminianas defensoras dos movimentos sociais como anomia social sustentaram a ação e pensamento militar. O crescimento dos movimentos sociais no Brasil, a contestação dos resultados econômicos do governo militar, a conjuntura internacional desfavorável e a proximidade das eleições fundamentavam esse confronto, determinando, aos próprios militares, a punição aos trabalhadores como estratégia de manutenção da autoridade política nacional.

[...] nós fazíamos as reuniões no Teatro de Arena, aqui no centro de Campinas e, depois de uns dias, no Ginásio do Taquaral, para ficarmos todos juntos. E aí demonstrou a grande consciência dos trabalhadores que vem de um processo de formação de resistir. Geralmente quando você vai para casa e volta, sofre uma pressão muito grande da família. Nós da diretoria nos reuníamos ali mesmo, procurávamos dormir em local separado, para não sermos presos todos ao mesmo tempo... (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 17/07/95)

O governo civil-militar utilizou-se da imprensa para formar a opinião pública contra o movimento. O S.N.I. (Serviço Nacional de Informações) e o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) proibiram qualquer cobertura ao vivo da greve, lacrando as transmissões da Rádio Bandeirantes de São Paulo que falava de Paulínia. O 2^o Exército entrou em prontidão, e a polícia reprimiu toda manifestação favorável aos petroleiros.

[...] Nós tivemos um problema sério. Nós tivemos uma conjuntura que nos desfavoreceu, porque o Shigeaki Ueki e toda a direção da Petrobrás jogou que a greve era para aumentar os nossos salários, e que, aumentando os nossos salários, ia aumentar todos os produtos. Então, nós tivemos o povo contra nós e nós não tivemos um mínimo acesso aos meios de comunicação. Até tiveram um grupo de jornalistas que fez até um folheto, “de bandido à mocinho”, e os bandidos éramos nós, e o mocinho, o Presidente da Petrobrás, Presidente do

²No período da greve este petroleiro era metalúrgico no ABCD.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Brasil. Então, todos os meios de comunicação sempre deram voz ao Murilo Macedo, aos canais do Governo e nunca a gente podia falar. Uma única rádio e televisão que tinha colocado o que a gente pensava no ar, foi a Bandeirantes, e a Polícia Federal foi fechá-la. Quer dizer que ela não pode falar. O povo sempre foi manipulado. Nós fizemos greve não foi por salário, mas contra o FMI e contra as demissões que o FMI tinha mandado a Petrobrás fazer. Os diretores da Petrobrás disseram que iam demitir mesmo, que tinha um número de mais de 100 pessoas para serem demitidos por ordem do FMI. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 25/05/1990)

O Shigeaki Ueki e o Armando Guedes Coelho, foram os que negociaram com a gente. Quando chamaram, nós montamos uma comissão que foi falar com eles, e eles, se comprometeram, que ninguém seria demitido e todos foram. O Armando Guedes apareceu na televisão dizendo assim: que ninguém ouse jamais pronunciar a palavra greve no Sistema Petrobrás. A direção da empresa foi violenta e das mais intratáveis. Agora nós procuramos envolver a área política e procuramos jogar os segmentos, os organismos de defesa dos direitos humanos que pudessem intervir, anistia, tudo o que você pudesse intervir. A direção da Petrobrás foi realmente tão truculenta que o Newton Pereira Machado, que era o superintendente, chegou a dizer: ou eles, ou eu. Jurou que a gente jamais voltaria, isso ele tinha certeza, apostavam nisso, tripudiaram em cima dos que voltaram (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 25/05/1990)

[...] na época o presidente falou que seria tantas demissões e fim de papo. A cada dia que o pessoal fosse mantendo a greve, ia aumentando o número de demitidos. Teve um operador que teria impedido uma pessoa de entrar na refinaria. Aí essa pessoa veio trabalhar e entregou que ele fez isso. Nesses casos o pessoal já estava precisando de gente para colocar na lista, botaram [...] (Entrevista petroleiro Replan 13/05/1990)

As demissões dos trabalhadores em greve foram utilizadas como estratégia para evitar o crescimento da paralisação. No dia nove de julho foram demitidos cem petroleiros em Paulínia e cento e oitenta em Mataripe, Bahia, criando o “terror” para uma categoria profissional que não conhecia em seu cotidiano de trabalho a demissão e o desemprego. Ao mesmo tempo, os petroleiros de Cubatão não aderiram à greve de Paulínia e Mataripe. A mobilização de apoio dos metalúrgicos do ABCD também terminou, deixando os grevistas isolados na luta contra a direção da empresa e o governo civil-militar. A assembleia que confirmou o fim da paralisação dos metalúrgicos do ABCD ocorreu no gramado do estádio da Vila Euclides, com centenas de trabalhadores de diferentes cidades do estado de São Paulo. Estava em debate a organização de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma greve geral contra o governo Figueiredo, envolvendo um maior número de trabalhadores e categorias profissionais.

Essa mudança de estratégia sindical isolou os petroleiros e diminuiu a sua resistência. As primeiras listas de demissões diminuíram a mobilização e resistência dos trabalhadores. A greve durou sete dias, com atividades culturais e políticas na espera de uma saída negociada para o impasse. Não era mês de data base e o movimento era de cunho político. O fim da greve ocorreu com o início das demissões, totalizando 152 em Campinas e 189 na Bahia.

[...] na refinaria você era injustiçado por algum motivo, ia ao sindicato, o sindicato vinha até a empresa e na maioria das vezes conseguia a reversão. Desta vez não, a punição máxima foi a demissão e desta vez com perspectivas não tão rápidas de reverter a situação. As pessoas perderam o emprego. A fase era de auge do desemprego, da recessão, então foi dramático neste sentido, as pessoas sofreram muito [...] (Entrevista petroleiro Replan 20/04/1990)

Depois de concorrida assembleia, no dia onze de julho, os petroleiros voltaram ao trabalho.

Na última assembleia da greve foi assim muito difícil. Muitos choravam, estavam abalados por ter que terminar o movimento. Os petroleiros fizeram uma proposta que dariam um percentual dos seus salários para os demitidos. Isso seria descontado até que os demitidos fossem readmitidos. O grosso da refinaria voltou a trabalhar em 12 de julho e, nós que ficamos fora, começamos a ter contato com o pessoal, por causa da ABCP, que gerenciava o fundo de greve. Algumas pessoas que tinham menos consciência política se amedrontaram porque a pressão foi muito grande e violenta depois da volta. Alguns se afastaram do sindicato, com medo que pudessem ser mandados embora também. Mas, depois, o pessoal foi voltando aos poucos e, alguns, não voltaram até hoje. Uma parte se afastou. Acho que faz parte da violência com que éramos tratados. (Entrevista Petroleiro Replan 25/05/1990)

A intimidação aos petroleiros continuou mesmo após o final da greve. Foram criadas filas de identificação na porta das refinarias e palestras de “conscientização empresarial” para a discussão das consequências do movimento. A direção da Petrobrás afirmou que aquele era um exemplo de que os trabalhadores não deveriam se envolver com o sindicato, pois militância era sinônimo de demissão. Operários foram demitidos no local de trabalho logo após o término da greve, outros depois do expediente, criando a expectativa funesta da divulgação de novas listas de demissão.

[...] eles expuseram os trabalhadores ao ridículo, como se fosse campo de concentração. Nós ficamos na porta da refinaria em fila dupla com os vigilantes





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dizendo o horário que deveríamos voltar. Como que nós não sabíamos o horário de trabalho? Colegas que tinham ajudado a partir a unidade, tinham trabalhado o dia todo, no final do expediente receberam a carta de demissão [...] (Entrevista petroleiro Replan 17/09/1995)

[...]o faxineiro que na concentração, lá no centro de convivência, ficava sempre próximo da gente, quando cheguei na minha sala, estava com os pés em cima da minha mesa, dizendo que se eu falasse alguma coisa também perderia o emprego[...] (Entrevista petroleiro Replan 19/19/1995)

Os militantes petroleiros, após a luta contra o governo militar, agiram no intuito de recuperar o sindicato, readmitir os demitidos e reacender a chama do sindicalismo. Foi construída a - Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros – ABCP – voltada a gerir o fundo de greve. Atuou como um sindicato paralelo voltado a intensificar a disputa pelo sindicato e as ações políticas contra os interventores designados pelo governo militar.

Ela ficou de agosto de 83 até março de 84, em abril de 84 nós retomamos a diretoria com a Salvador Botteon na cabeça, neste período que ficou sobre intervenção nós tínhamos que ter uma atividade política, nós construímos a ABCP da época, o primeiro presidente foi o Eduardo, mas ele se afastou em seguida, e eu peguei, a diretoria era composta só por demitidos, tinha como responsabilidade implementar reuniões com os demitidos e suas famílias, um levantamento social, pois tínhamos de tudo, Psicólogos, Pedagogos. Tinha como responsabilidade discutir politicamente a nossa reintegração, nossa defesa, inquéritos administrativos, fundos para gerenciar a ABCP que tinha se transformado no sindicato, o boletim virou 06 de julho, e fazia as vezes de uma entidade que tinha como fim reintegrar os demitidos, e os 1000 petroleiros que fizeram a greve, tirando os demitidos, praticamente toda a base fez a greve, 450 davam dinheiro a associação, não descontando pela Petrobrás, mas sim direto pelo Banco do Brasil, gerenciado pela diretoria da ABCP. Nesta casa nós conseguimos fundar uma oficina, já em outro endereço que chamava Oficina do Lar, que fazia serviços de encanador, por companheiros demitidos, pintura, tínhamos companheiros que passavam todo o dia para procurar serviço na cidade, e nós liberamos todo mundo para procurar emprego, a não ser a diretoria da ABCP, porque quem arrumasse emprego diminuiria os custos para manutenção do pessoal, porque não tinha um valor fixo por mês, o dinheiro era para bancar a luta, assim quem arrumava emprego além de não receber poderia contribuir, pois a ajuda de custo era em cima do salário mínimo. Além disto, a associação tinha como responsabilidade construir a próxima diretoria. Uma de nossas estratégias foi que nós não poderíamos sair do sindicato, ele está sobre intervenção, mas o interventor não poderia vender nem um bem do sindicato, não demitir nenhum trabalhador, não contratar ninguém, tinha as despesas fiscalizadas, então a gente designava 3 ou 4 diretores para ficar aqui. No começo de 84, nós conseguimos, através da influência que o Jacó tinha com algumas entidades internacionais, que o Caravante fosse para a Europa, conseguimos dinheiro e montamos um centro de estudos, o CEFES, Centro de Formação e

4264





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estudos Sindicais, e o CEFES acabou cumprindo um projeto nosso que era o de integração com outras categorias. Era um trabalho de comprometimento onde acabamos envolvendo uma entidade internacional holandesa chamada ICCO, que era ligada a Igreja Protestante da Holanda, e o nosso projeto de trabalho era a organização de sindicatos rurais. Aí nós pudemos contratar mais demitidos. A gente dava cursos de formação sindical. (Entrevista Petroleiro Replan 15/07/1995)

O governo militar reagiu com truculência contra a greve. A greve, além de ferir os princípios positivistas de autoridade presentes em seu pensamento, colocou em risco todo um conjunto de negociações internacionais em torno da obtenção de empréstimos para o pagamento dos juros da dívida externa com o Brasil em posição subordinada, contrapondo as políticas liberalizantes do FMI. Ao mesmo tempo, o crescimento da oposição com as vitórias eleitorais de 1982, conforme afirmou Stepan, colocaram os estrategistas do regime em contradição. Demonstrar, por um lado, que o seu poder de repressão era efetivo e, por outro lado, conciliar as divisões internas dentro de sua base de sustentação já não unanime quanto a sua continuidade na sociedade brasileira.

A luta dos petroleiros de 1983 demonstrou um complexo processo econômico em construção no Brasil, o embrião de propostas neoliberais que se materializariam na década de 1990. O Decreto Lei nº 2036 foi utilizado como exemplo para a construção de discursos e ações políticas de cunho ideológico, voltados à vulgarização do Estado Nacional, das Estatais, dos funcionários públicos e da política de substituição de importações existentes desde JK até o II PNB. A greve se remeteu a um contexto manifesto nas mediações entre o local, o regional, o nacional e o internacional, constituindo-se em espaço para futuras reflexões e pesquisas.

Referências

ANTUNES, R. **A Rebelião do Trabalho**, 2a . edição, Campinas, S.P., Ed. Unicamp, 1992.

_____ **Classe Operária**, Sindicatos e Partidos no Brasil, S.P., Ed. Ensaio, 1988.

_____ **O Novo Sindicalismo**, S.P., Ed. Brasil Urgente, 1991.

BILTRÁN, Rafael, SCHNEIDER, Alejandro, Dinâmica Social y Clase Trabajadora Durante la Dictadura Militar de 1976 - 1983, *In Nuevas Tendencias en el Sindicalismo: Brasil - Argentina*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 1992.

BOITO Jr., Armando, Reforma e Persistência da Estrutura Sindical, *In O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

BRANT, Vinícius Caldeira, **Paulínia : Petróleo e Política**, S.P., CEBRAP, 1990.

COSTA, Sérgio Amad, **Estado e Controle Sindical no Brasil**, S.P., Ed. Vozes, 1985.

GADOTTI, Moacir, **Concepção Dialética da Educação**, 2a edição, Ed. Cortez, 1983.

GRAMSCI, Antônio, Conselhos de Fábrica, Sindicatos e Partidos, *In: Revista Cara a Cara*, SP. Ed. Vozes, 1978, pgs. 161 a 177.

LAMOUNIER, Bolivar - Organizador, **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**, S.P., Ed. Sumaré, 1990.

LENIN, **O Estado e a Revolução**, S.P., Ed. Hucitec, 1987.

SADER, Eder, **Quando os Novos Personagens Entraram em Cena**, S.P., Ed. Fase, 1983.

SILVA, Antonio Ozai da, **História das Tendências no Brasil**, S.P., Ed. Editorial, 2ª ed.

STEPAN, Alfred C., **Os Militares: Da Abertura à Nova República**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

URÁN, Ana Maria Bidegain de, **Nacionalismo, Militarismo e Dominação na América Latina**, Petrópolis, R.J., Ed. Vozes, 1987.

Fontes

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PETROLEIROS DE CAMPINAS E PAULÍNIA, 1972.

ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDIPETRO CAMPINAS E PAULÍNIA, 1973.

ATAS DAS REUNIÕES SINDICAIS DE 1973 ATÉ 1983.

BOLETINS DO COMANDO NACIONAL DOS PETROLEIROS DE 1988 ATÉ 1991.

BOLETINS O PETROLEIRO, 1983 ATÉ 1995.

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1983, elaborado pela direção do Sindipetro Campinas.

